



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO N.º 223, DE 2025 **(Do Sr. Marcos Pollon)**

Indicação ao Senhor Ministro dos Transportes, visando a adoção de medidas para a suspensão da cobrança de pedágio na BR-163 e a revisão do repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR, em razão das graves irregularidades apontadas na gestão da rodovia.

DESPACHO:
PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE E, APÓS, ARQUIVE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

INDICAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Indicação ao Senhor Ministro dos Transportes, visando a adoção de medidas para a suspensão da cobrança de pedágio na BR-163 e a revisão do repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR, em razão das graves irregularidades apontadas na gestão da rodovia.

Excelentíssimo senhor Ministro,

A BR-163 é uma das principais rodovias do país, de fundamental importância para o escoamento da produção e para a conexão entre várias regiões. Contudo, desde a concessão da rodovia à CCR, a população e os usuários vêm sofrendo com as condições precárias de conservação da estrada, serviços de manutenção ineficientes, e tarifas de pedágio excessivas e injustificadas, principalmente em comparação com a qualidade dos serviços prestados. A empresa CCR, responsável pela gestão da rodovia, tem demonstrado falhas graves em seu compromisso de oferecer infraestrutura de qualidade para os cidadãos.

Recentemente, foi noticiado um repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR¹, montante que, em boa parte, pode estar sendo mal utilizado. Esse valor é exorbitante, considerando que o estado atual da rodovia e os serviços prestados pela concessionária

¹ <https://folhacg.com.br/geral/sindicalista-pede-a-suspensao-imediata-de-pedagio-da-br-163/>
<https://www.ojacare.com.br/2025/02/13/deputado-expoe-repasse-de-r-39-bi-a-ccr-e-federacao-pede-suspensao-de-pedagio-na-br-163/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

estão longe de atender aos padrões exigidos pelo contrato de concessão. Além disso, é de conhecimento público que a CCR não tem cumprido com os prazos para realização de obras de manutenção, o que coloca em risco a segurança dos motoristas e aumenta consideravelmente os custos para os usuários da rodovia.

Diante disso, a situação se agrava ainda mais com a cobrança de pedágios em trechos da rodovia onde os serviços são insuficientes ou sequer existem, resultando em um abuso e em uma imposição financeira injusta para os motoristas e cidadãos que dependem dessa estrada. A cobrança de pedágio em trechos com condições precárias de trafegabilidade deve ser revista e, em caso de descumprimento contratual, as medidas corretivas devem ser implementadas.

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados tem recebido uma série de denúncias relacionadas à gestão dessa concessão, apontando que a CCR tem falhado em suas obrigações, prejudicando a qualidade do transporte e o desenvolvimento da infraestrutura necessária para o Brasil. O repasse de R\$ 3,9 bilhões à empresa, sem uma fiscalização mais rigorosa, agrava ainda mais esse cenário e precisa ser revisto.

É imprescindível que o Ministério dos Transportes tome a liderança no processo de revisão dessa concessão, garantindo que a CCR cumpra com suas responsabilidades e que os cidadãos não sejam penalizados por falhas graves da concessionária. O Ministério deve adotar uma postura firme e estratégica, com o objetivo de melhorar as condições das rodovias e a qualidade dos serviços prestados à população, além de revisar os repasses financeiros que têm sido realizados sem a devida prestação de contas e fiscalização.

Além disso, a suspensão da cobrança de pedágio, pelo menos nos trechos que não atendem aos requisitos mínimos de qualidade, se faz necessária, pois a manutenção da cobrança em tais condições é considerada abusiva e não atende aos princípios da razoabilidade e da justiça.

Portanto, a indicação de que o Ministério dos Transportes tome providências imediatas no sentido de suspender a cobrança de pedágio e revisar o repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR é uma medida urgente e de extrema importância para garantir a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

qualidade da infraestrutura rodoviária e a segurança dos motoristas, além de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais por parte da concessionária.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos o apoio dos nobres colegas, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções que garantam uma atuação firme, porém justa e respeitosa, por parte deste Parlamento.

Sala das Sessões, em ___ de fevereiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 27/02/2025 11:47:38.980 - Mesa

INC n.223/2025



* C D 2 5 8 6 6 3 1 2 9 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

Apresentação: 27/02/2025 11:47:38.980 - Mesa

INC n.223/2025

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. **Marcos Pollon**).

Requer o envio de Indicação ao Senhor Ministro dos Transportes, visando a adoção de medidas para a suspensão da cobrança de pedágio na BR-163 e a revisão do repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR, em razão das graves irregularidades apontadas na gestão da rodovia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, nos termos do artigo 113, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhada Indicação ao Ministério dos Transportes, sugerindo a adoção de medidas para a suspensão da cobrança de pedágio na BR-163 e a revisão do repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR, em razão das graves irregularidades apontadas na gestão da rodovia.

Sala das Sessões, em ___ de fevereiro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



* C D 2 5 8 6 6 3 1 2 9 7 0 0 *